V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

Rosete Lopes França Maciel
Universidade do Estado de Mato Grosso;
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
https://orcid.org/0009-0008-0951-3896

Chiara Maria Seidel Luciano Dias
Universidade do Estado de Mato Grosso
https://orcid.org/0000-0002-3047-8035

RESUMO: A educação inclusiva é um conjunto de pressupostos que prezam pela garantia de que todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver em ambientes educacionais comuns. Assim, a educação inclusiva, responde à diversidade humana promovendo a equidade nos sistemas educacionais e estruturada em políticas, práticas e culturas inclusivas, suas conjecturas se refletem no cotidiano escolar. No que se refere aos marcos e legislações que dão sustentabilidade às políticas inclusivas no Brasil, pode-se considerar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Lei nº 12.764 (2012) e Lei nº 13.146 (2015). Tomando os pressupostos da Educação Inclusiva, este estudo analisou a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública estadual de ensino no município de Sinop – MT, a partir da percepção e práticas de professores. A pesquisa configura-se como qualitativa e para a coleta de dados foram realizadas observações e entrevistas com oito professores de duas turmas de 6º ano, nas quais encontravam-se matriculados estudantes com TEA. Os dados foram analisados em três categorias, complementadas pelas observações. Os resultados indicam que os professores não possuem formação específica em educação especial, e suas práticas variam conforme suas experiências, percepção, conhecimento e condições ofertada pela instituição de ensino. A pesquisa também evidenciou que a presença de um professor de apoio pedagógico atuando juntamente com o professor da sala comum é essencial para proporcionar suporte individualizado aos estudantes com TEA. O estudo conclui com a sugestão de mais pesquisas para aprofundar a compreensão da inclusão de estudantes com TEA nas escolas, refletindo sobre as práticas atuais e os caminhos futuros para a educação inclusiva.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Educação Pública, Cotidiano Escolar.

TEACHERS' PERCEPTIONS AND PRACTICES ON THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD

ABSTRACT: The inclusive education is a set of principles aimed at ensuring that all students have the opportunity to learn and develop in common educational environments. Thus, inclusive education responds to human diversity by promoting equity in educational systems, structured around inclusive policies, practices, and cultures, with its implications reflected in everyday school life. Regarding the frameworks and legislation that sustain inclusive policies in Brazil, one can consider the National Policy for Special Education in the Perspective of Inclusive Education (2008), Law No. 12,764 (2012), and Law No. 13,146 (2015). Based on the principles of Inclusive Education, this study analyzed the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in two 6th-grade classes at a public state school in the municipality of Sinop – MT, from the perspective and practices of teachers. The research is qualitative, and data collection involved observations and interviews with eight teachers from the two 6th-grade classes, in which students with ASD were enrolled. The data were analyzed in three categories, supplemented by the

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

observations. The results indicate that the teachers do not have specific training in special education, and their practices vary according to their experiences, perceptions, knowledge, and the conditions provided by the educational institution. The research also showed that the presence of a pedagogical support teacher working together with the common room teacher is essential to provide individualized support to students with ASD. The study concludes with the suggestion for more research to deepen the understanding of the inclusion of students with ASD in schools, reflecting on current practices and future paths for inclusive education
KEYWORDS: Inclusive Education, Public Education, Daily School Life**.**

PERCEPCIONES Y PRÁCTICAS DE LOS DOCENTES SOBRE LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA

RESUMEN: El educación inclusiva es un conjunto de supuestos que aseguran que todos los estudiantes tengan la oportunidad de aprender y desarrollarse en ambientes educativos comunes. Así, la educación inclusiva responde a la diversidad humana promoviendo la equidad en los sistemas educativos y estructurada en políticas, prácticas y culturas inclusivas, sus conjeturas se reflejan en la vida escolar cotidiana. En cuanto a los marcos y legislaciones que dan sostenibilidad a las políticas inclusivas en Brasil, podemos considerar la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de Educación Inclusiva (2008), la Ley nº 12.764 (2012) y la Ley nº 13.146 (2015). Tomando los supuestos de la Educación Inclusiva, este estudio analizó la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en dos clases del 6º año de la Enseñanza Primaria en una escuela pública estatal del municipio de Sinop – MT, desde la percepción de los docentes y prácticas. La investigación es cualitativa y para la recolección de datos se realizaron observaciones y entrevistas a ocho docentes de dos promociones de 6to año, en las que estaban matriculados estudiantes con TEA. Los datos se analizaron en tres categorías, complementadas con observaciones. Los resultados indican que los docentes no tienen formación específica en educación especial, y sus prácticas varían según sus experiencias, percepción, conocimientos y condiciones que ofrece la institución educativa. La investigación también mostró que la presencia de un profesor de apoyo pedagógico trabajando junto con el profesor de sala común es fundamental para brindar apoyo individualizado a los estudiantes con TEA. El estudio concluye con la sugerencia de realizar más investigaciones para profundizar la comprensión de la inclusión de estudiantes con TEA en las escuelas, reflexionando sobre las prácticas actuales y los caminos futuros para la educación inclusiva.
PALABRAS CLAVE: Educación Inclusiva, Educación Pública, Cotidianidad Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação é fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), considerando a linha de pesquisa Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em que buscou analisar como acontece a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos finais do Ensino Fundamental, a partir das práticas e percepção de professores.

Os estudantes com TEA representam parte do público alvo da Educação Especial. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por intermédio do censo escolar do ano de 2023, verificou que

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

o número de matrículas da educação especial chegou a 1,8 milhões, o que representou um aumento de 41,6% em relação ao censo de 2019. O maior número das matrículas se concentra no Ensino Fundamental, que abarca 62,9% dessas matrículas. Neste cenário, o TEA se apresenta como o segundo segmento mais comum de deficiência presente nas escolas brasileiras, que representa 636.202 estudantes (INEP, 2023).

A educação na perspectiva inclusiva representa um paradigma educacional fundamentado no reconhecimento da diversidade humana como um valor intrínseco à sociedade. Essa concepção busca assegurar a todos e a todas os/as estudantes, considerando suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas, o direito de aprender juntos, em ambiente de ensino comum.

Dentre os marcos legais que tratam da educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos, é possível destacar a Constituição Federal Brasileira (1988), a Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

O contexto dos cotidianos escolares encontra-se imerso em um conjunto de práticas, culturas e políticas com potencial de fazer sentido e oportunizar experiências e conexões positivas, capazes de incentivar a mudança de paradigmas, estimular a sensibilização e o engajamento em lutas, causas e ações.

Este texto apresenta aqui o contexto de uma escola da rede de ensino pública do estado de Mato Grosso e como professores em turmas de sexto ano do Ensino Fundamental concebem, planejam e desenvolvem práticas com vistas a aprendizagem de estudantes com TEA no contexto da educação inclusiva.

2 CAMPO TEÓRICO E A ESCOLA PÚBLICA MATOGROSSENSE

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

A Educação Inclusiva é um modelo educacional que visa a garantia de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, possam ter à aprendizagem, em ambientes comuns. Assim, a educação inclusiva surgiu pela necessidade de atender de forma equitativa os estudantes pertencentes a minorias.

A Declaração de Salamanca (1994), foi elaborada em comum acordo com diversos países, a fim de aprimorar as políticas de inclusão, anunciando a importância de que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos, independentemente de suas capacidades ou necessidades especiais.

Além dela, os pressupostos da educação inclusiva também são contemplados em outros documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988 que estabelece, em seu artigo 208, o direito à educação como um direito social que deve ser garantido a todos, com a previsão de atendimento educacional especializado. Esse entendimento foi fortalecido por legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Tais documentos reforçam a importância de garantir o direito à educação para todos, promovendo adaptações e recursos necessários para acolher a diversidade no ambiente escolar, pois, “A proposta de educação inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas não sejam obstáculo à formação”. (Crochík, 2011, p. 41) Considera assim, que as adequações são necessárias para um espaço escolar inclusivo, sendo as legislações responsáveis pela normatização das ações que devem ser executadas.

Dessa forma, percebe-se que a partir de 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os estudantes público alvo da educação especial passam a ter direito a uma educação complementar e suplementar, sendo transversal a todos os níveis de ensino, que segundo Hostins e Jordão (2014), sua implementação diz respeito ao compromisso

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

assumido pelo governo brasileiro, apresentando os referenciais nacionais para a construção de sistemas educacionais e organização de escolas inclusivas, bem como, delimitando a natureza do Atendimento Educacional Especializado – AEE no processo de inclusão escolar, para que dessa forma possibilite a eliminação de barreiras à participação destes.

Assim, de acordo com essa política são garantidos aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, não só o acesso ao ensino comum, mas a inclusão plena, onde os sistemas educacionais devem garantir os serviços de apoio especializado a fim de eliminar barreiras que possam de alguma forma dificultar a escolarização, assim, atua na redução de barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas, promovendo um ambiente mais acessível e acolhedor para todos os estudantes. (Brasil, 2008)

Os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) fazem parte do público da educação especial, e de acordo com o Manual Diagnóstico das doenças mentais (DSM 5, 2023), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que envolve um conjunto de condições que tem início geralmente durante a infância e são caracterizadas por déficits que prejudicam o funcionamento pessoal, social, acadêmico e profissional. Esses transtornos podem variar desde limitações específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até comprometimentos globais em habilidades sociais e inteligência.

Junto ao diagnóstico de TEA também pode ser observado o nível de suporte que o estudante necessita. Conforme a literatura, o nível 1, apresenta sinais quase invisíveis com menos comprometimento, melhor comunicação, desenvolvem habilidades com mais facilidades, ou seja, precisa de pouco apoio. Já o nível 2, apresenta sinais mais visíveis necessitando de apoio substancial para o desenvolvimento de suas atividades diárias. Por fim, o nível 3, mostrar-se com sinais mais intensos e frequentes, maior comprometimento, ausência de comunicação, grande dificuldade na aprendizagem de habilidades, prognóstico limitado, necessitando assim de muito apoio substancial para o desenvolvimento de suas atividades diárias. (Silva, 2021)

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

Neste universo, cada ente federado brasileiro trabalha no sentido de cumprir de forma eficiente as diversas leis que garantem uma educação de qualidade para todos. O estado de Mato Grosso, tem adotado estratégias para efetivar práticas educacionais para a redução dos níveis de desigualdade entre os estudantes, e deste modo, assegurar que nenhum deles seja excluído do espaço educacional sob alegação de algum tipo de deficiência ou transtorno. Para tanto, vem desenvolvendo ações como a oferta do serviço de equoterapia; atendimento pedagógico domiciliar; professor de apoio pedagógico; projeto autismo na escola; matrícula prioritária; transporte escolar especializado, além disso, tem ampliado o número das salas de recursos.

Além dessas ações já mencionadas o Decreto 1497 de 10 de outubro de 2022/MT estabelece pilares estratégicos para a consolidação das políticas públicas estaduais, dentre eles tem-se o pilar Equidade e diversidade, na qual a educação especial e inclusiva faz parte, o que tem fortalecido o caminho para o desenvolvimento de estratégias rumo a proporcionar equidade a todos os estudantes no processo educacional.

Nessa conjuntura, as escolas públicas estaduais matogrossenses através da execução das políticas proposta pelo Estado e as demais legislações vêm avançando e consequentemente aprimorando o atendimento dos estudantes público alvo da educação especial.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida teve enfoque qualitativo. A opção se deu pela flexibilidade dessa abordagem em permitir analisar as observações do cotidiano escolar, com ênfase na organização do ensino, percepções e práticas de ensino de professores de duas turmas de 6º ano do Ensino Fundamental, em que estudam estudantes com TEA. Gil (2002) destaca que esse tipo de pesquisa possui vários propósitos, entre eles descrever a situação do contexto em que está sendo feita a investigação e explicar as variáveis causais de determinado acontecimento em situações muito diversas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

O estudo foi realizado em uma escola pública do município de Sinop, estado de Mato Grosso. Os participantes/colaboradores da pesquisa foram oito professores que lecionam em duas turmas de 6º ano. Neste conjunto de participantes, dois são professores de Língua Portuguesa, dois de Matemática, um de Educação Física, um de Ciências, um de Geografia e um de História. Os mesmos foram identificados no decorrer da análise dos dados com a letra P seguido de um número cardinal, como forma de manter o anonimato. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação não-participante e a entrevistas semiestruturada na qual utilizou-se roteiros pré-definidos.

Na observação não-participante, Marconi e Lakatos (2003, p. 192) afirmam que “o pesquisador presencia o fato, mas não participa nem se deixa envolver pelas situações, fazendo mais o papel de espectador o que não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado”. Assim, as observações foram registradas no caderno de campo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente e gravadas, para Kauark (2010), na entrevista semiestruturada é permitido eventuais indagações ou levantamentos de dados e informações que não estejam contempladas no formulário.

Os dados foram analisados através da categorização do conteúdo que, de acordo com Bardin (1997) consiste, em um conjunto de elementos classificados segundo critérios previamente definidos, dessa forma, os mesmos foram analisados em três categorias a saber: identificação e formação; percepção dos professores sobre o que é educação inclusiva, desafios e possibilidades e o planejamento e prática pedagógica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados referentes a primeira categoria revelam que nossos participantes (quatro mulheres e quatro homens), não apresentam formação específica para a educação especial, este fato aponta para a necessidade da difusão de conhecimentos sobre a temática tendo em vista a presença do público

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

da educação especial cada vez mais presente nas instituições de ensino e ter conhecimento de como atender esses estudantes é fundamental para a promoção de uma educação de qualidade e inclusiva.

Em relação ao tempo de atuação na função a pesquisa revelou que na instituição há professores no seu primeiro ano de atuação e também aqueles com mais de duas décadas, dessa forma, pode-se notar que as vivências e experiências com as práticas pedagógicas são bem diversificadas tendo em vista as diferentes habilidades dos profissionais. Um fato que chamou atenção também é que todos os professores participantes trabalham em contrato temporário, acredita-se que esse fato seja uma barreira à inclusão, pois há grande rotatividade de professores cada ano letivo.

Na segunda categoria de análise, percepção dos professores sobre educação inclusiva desafios e possibilidades verificou que os professores reconhecem a importância da educação inclusiva e destacam sua notabilidade para o desenvolvimento dos estudantes através de um ambiente compartilhado, contudo, narram que existem desafios a serem superados para que a educação inclusiva aconteça de forma a atender por completo a necessidade desse público, como pode ser observado na fala do professor,

> Compreendo que a inclusão do aluno implica integrá-lo aos demais, oferecendo-lhe as mesmas condições e oportunidades de aprendizagem, e garantindo-lhe os mesmos direitos. No entanto, observamos que, dentro da sala de aula, a situação parece ser um pouco inversa. (P1)

A fala do professor demostra que reconhece a necessidade da inclusão e importância de todos os alunos terem as mesmas oportunidades de aprendizado, no entanto, faz uma observação de que, na prática, nem sempre é possível atender estes estudantes de forma completa, pois há obstáculos a serem superados.

O professor P2, narra que no seu entendimento a escola ainda não está adaptada a atender todos os estudantes, por isso, não pode ser considerada inclusiva em sua totalidade, já que para ele, “Para ser inclusiva de verdade, o aluno tem que participar de tudo”, como justificativa, destaca que na atual

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

realidade da escola, um cadeirante por exemplo, não vai conseguir participar de todas as atividades propostas, portanto, de acordo com sua percepção todos os estudantes precisam ter possibilidades de “participar de tudo para ser inclusiva”.

A fala do professor P3 também, demostra certa dúvida se a escola está realmente sendo inclusiva, pois, devido a esses estudantes necessitarem de maior atenção e adaptação de atividades e que pelo fato do professor ter uma diversidade de estudantes na sala para auxiliar, a inclusão na prática pode não está acontecendo como deveria, tendo em vista que ao não conseguir dar a atenção ao estudante como deveria, em virtude da demanda da sala, esse fato se tornaria uma forma de exclusão para os estudantes. Assim destaca,

> A respeito da inclusão, de modo geral, compreendo que o aluno deve estar presente na escola, integrado ao ambiente escolar, e participando ativamente. No entanto, há momentos em que me questiono se isso realmente se caracteriza como inclusão. Isso ocorre porque não estamos lidando apenas com um único aluno, mas com uma turma de mais de 30 alunos. Muitas vezes, é justamente esse aluno que necessita de uma atenção especial, um olhar mais cuidadoso, mas acabamos enfrentando dificuldades em oferecer esse apoio, pois estamos sobrecarregados com outros alunos, alguns dos quais também apresentam defasagens. (P3)

É importante destacar que a inclusão realmente é um processo complexo, pois, “o ensino de crianças e jovens com TEA raramente é fácil ou simples, devido à complexidade, amplitude do espectro, impactos cognitivos e comportamentais do transtorno” (Ferreira, 2022, p. 93) contudo, percebe que a inclusão abre caminhos para a igualdade de oportunidades, por isso, é fundamental que a luta por processos inclusivos seja contínuos e coletivo.

O professor P4 aborda em sua fala a dificuldade de se fazer uma educação inclusiva pela falta de condições de aperfeiçoamento em todas as áreas, para ele, exigir que o professor dê conta de trabalhar de forma eficiente com a grande diversidade de estudante na sala de aula é muito desafiador.

> Eu compreendo a educação inclusiva, mas não da maneira como está sendo implementada. Quando consultamos um médico, procuramos um especialista; se preciso de um cardiologista, é a ele que me dirijo. No entanto, na escola, estão agrupando diversas crianças com necessidades específicas, atribuindo a um único professor a responsabilidade de atender a todas elas. (P4)

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

Heredero (2010, p. 196), confirma a fala da professora ao mencionar que “a diversidade existente na comunidade escolar contempla uma ampla dimensão de características”. Para atender toda essa demanda, faz-se necessário um olhar diferenciado a esse público, contudo, isso não basta, é necessário haver parcerias envolvendo a assistência e o atendimento feito por especialistas, além da formação continuada e capacitação de professores das classes regulares para atender as demandas que aparecerem em suas salas de aula. (Heredro, 2010). Diante da fala da professora, é notório que essa parceria mencionada pelo autor ainda não está existindo como deveria.

Continuando com os questionamentos sobre a percepção de que os professores têm sobre a educação inclusiva, o professor P5, destacou a necessidade das escolas ter ferramentas para desenvolver a inclusão, durante a entrevista, verificou-se que essas ferramentas seriam os recursos para trabalhar com os estudantes, pois, apesar de a escola ter materiais pedagógicos eles são limitados e mais direcionados a sala de recurso, o que segundo ele não deveria, pois é na sala regular que o estudante passa maior tempo.

> Na educação inclusiva, acredito que o aluno deve ter acesso a recursos adequados, os quais a escola, infelizmente, ainda não oferece. Embora a inclusão na sala de aula promova a socialização com outras crianças, o aspecto relacionado à aprendizagem deixa a desejar, pois o aluno muitas vezes não consegue acompanhar o ritmo da turma. Isso pode resultar em sua exclusão no processo educacional. (P5)

A fala da professora é apresentada como positiva, quando se trata da socialização entre os estudantes, no entanto, também aponta para um desafio significativo, que é a dificuldade do aluno em acompanhar o ritmo de aprendizagem dos demais colegas. Desse modo, para ela, há situação de exclusão, já que o estudante não consegue realizar as mesmas atividades que os demais estudantes estão fazendo. Nesse contexto, é importante que o professor adote estratégias e metodologias inclusivas que possibilite a participação ativa do aluno, garantindo que ele tenha acesso ao currículo e às atividades de forma a atender suas demandas de aprendizagem. Apesar da fala do professor ser negativa quanto aos recursos percebeu que no contexto escolar

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

é proporcionado práticas e atividades de acordo com as especificidades dos estudantes, tendo em vista que os mesmos contam com uma professora de apoio para auxiliar na execução das atividades.

O professor P6 relata que compreende que os estudantes precisam ser incluídos, mas considera que da forma como a inclusão é abordada no ambiente educacional, a inclusão, se torna uma “utopia”, tendo em vista, a não efetivação na prática. Assim, questiona a eficácia da inclusão ao afirmar que “os alunos são obrigados a acompanhar as aulas da mesma maneira que os demais”, indicando que não há adaptações de sua parte para atender às necessidades específicas dos estudantes. A falta de individualização e flexibilidade no ensino pode resultar em exclusão e dificuldades de aprendizado para esses alunos.

Nesse sentido, o professor P7 parece também corroborar que a proposta de adaptar o currículo é uma forma de exclusão, ao afirmar: “quando faço a regressão de uma habilidade, já não estou incluindo eu estou excluindo”, porém, sabe-se que essa prática é necessária, no intuito de proporcionar condições de aprendizado a partir das necessidades dos estudantes. Para a efetivação de uma proposta educacional consistente ser alcançada, o currículo e as práticas pedagógicas devem levar em consideração as especificidades do processo educacional de cada aluno e não partirem do padrão de homogeneidade predominante. (Pletsch e Glat, 2013)

O professor P8 demostrou em sua fala que além das experiências vivenciadas ao longo da carreira como docente, procura ter conhecimento sobre os processos inclusivos através de leituras, para tanto, conceitua sua percepção da seguinte forma:

> De acordo com meu conhecimento e minhas leituras, a educação inclusiva é um modelo educacional que busca garantir o acesso à aprendizagem e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas características, habilidades, necessidades ou deficiências. Para mim, a inclusão deve ser abrangente, contemplando a todos, independentemente do tipo de deficiência que possuam. (P8)

Optou-se em apresentar cada resposta dada sobre a percepção que os professores possuem sobre a educação inclusiva, por considerar que sua visão

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

é crucial para a compreensão de como tem desenvolvido sua prática em sala de aula, já que, os mesmos são os principais agentes para a efetivação da inclusão.

Sobre os desafios enfrentados para a inclusão dos estudantes com TEA os professores citam que a não alfabetização é a principal dificuldade, pois, como são professores de áreas específicas não dominam os processos de alfabetização, ainda mais quando se refere a um público que necessita de práticas mais direcionadas, relatam ainda como desafios, o não conhecimento sobre as estratégias para lidar com os mesmo, tendo em vista a várias características desse transtorno, que a sala de aula tem número elevado de estudantes na sala o barulho provocado pelos estudantes durante as aulas, a falta de apoio familiar, de materiais pedagógicos dentre outros.

Já em relação as possibilidades destacaram a necessidade de formação continuada focadas em estratégias especifica para o público. Um participante afirma que a estratégia para a inclusão seria “focar nas competências que o estudante goste e que ele tem mais prática” ou seja, de acordo com o professor, após todo o processo de diagnóstico e intervenção com o estudante, fosse verificado que não ia avançar nos conhecimentos da turma, teria que participar das aulas na sala comum, apenas para o processo de socialização, e no foco de alguma habilidade que fosse identificada. No entanto, não deve-se subestimar a capacidade de nenhum estudante com deficiência, tendo em vista que seu desenvolvimento só será devidamente compreendido quando visto como um processo e não como um fato concluído, assim é necessário considerar cada pessoa em sua totalidade e jamais de forma fragmentada.

Para melhorar a inclusão citam que os desafios apresentados devem ser solucionados, além disso consideram que o diálogo entre os profissionais que trabalham com estes estudantes se faz necessário, tendo em vista que juntos podem elaborar estratégias que beneficie os processos de ensino. No entanto, os professores afirmam que pouco têm desenvolvido essa prática, em virtude de diversos fatores como por exemplo, os horários de planejamento não ser compatível e também citam a demanda de atribuições a qual são subordinados.

Em relação a terceira categoria de análise que discorre sobre como tem acontecido o planejamento e a prática pedagógica com os estudantes com TEA

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

nas salas comuns a pesquisa demostrou que a escola trabalha na perspectiva do trabalho colaborativo e da adaptação curricular para os estudantes que necessitam, assim, para o desenvolvimento da adaptação é elaborado o Plano de Ensino Individualizado – PEI, que tem como foco adequar as habilidades dos conteúdos da turma para um nível que os estudantes consigam desenvolver as atividades e que assim consigam avançar no seu processo de aprendizagem. O PEI deve ser construído pensando individualmente no aluno, mas que é necessário considerar os conteúdos gerais da turma, "Ele não deve 'empobrecer' os conteúdos, mas sim adaptá-los de acordo com as características do aluno para o qual está sendo elaborado." Silva, et. al. (2022, p. 12),

Apesar da escola adotar essa política das flexibilizações do currículo para estes estudantes, através da elaboração do PEI, há professores que afirma que ainda falta orientações sobre a importância e como proceder para a sua elaboração e execução na prática, é o que observa nas falas de três professores, quando perguntado se receberam orientação sobre sua elaboração.

> Não, eu pesquisei na internet, mas não recebi orientação formal. do. (P4)
>
> (...) Eu não sabia o que era um aluno PEI. Foi mencionado no grupo que precisávamos preencher aquele formulário, e havia alguém na escola ajudando com o preenchimento. No entanto, não houve uma reunião para explicar o que é o PEI, sua importância e por que precisamos preenchê-lo. (P5)
>
> Não, eles apenas enviaram uma mensagem no grupo explicando brevemente e pediram para conversarmos com as professoras auxiliares. (P6)

Diante do contexto é visível que a elaboração desse plano, não está sendo construído de forma a contemplar na prática as reais necessidades dos estudantes, que de acordo com Silva et.al., (2022, p. 09) "o PEI é entendido como um planejamento colaborativo, elaborado por todos os profissionais que atendem o aluno dentro e fora da escola".

Assim, considerando a importância desse documento para o estabelecimento de metas e objetivos, através das habilidades consideradas adequadas para esses estudantes e diante do relato do não recebimento de

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

informação adequada, se faz necessário repensar o papel dos atores do processo educacional, diante da proposta da escola inclusiva.

Apesar das dificuldades na elaboração e aplicação do PEI, se faz necessário garantir que os estudantes com deficiência tenham um planejamento adequado ao seu nível de desenvolvimento, e isso é possível com maior êxito, quando o mesmo é elaborado a partir da colaboração entre diversos profissionais e a família.

Embora, existam as dificuldades já mencionadas, para todos os estudantes público-alvo da educação especial é elaborado o PEI, dessa forma, o planejamento diário dos professores é realizado a partir das habilidades definidas no mesmo. Como nas duas turmas selecionadas para a realização da pesquisa, há o professor de apoio pedagógico, que acompanha os estudantes com TEA que necessitam de maior apoio pedagógico sua presença tem contribuído com a inclusão tendo em vista a possibilidade do acompanhamento individualizado.

Neste cenário, o professor regente trabalha os conteúdos com toda a turma utilizando-se de diferentes estratégias e no momento da realização das atividades escritas com a turma o professor de apoio proporciona atividades e orientações adaptadas para uma melhor compreensão do conteúdo por parte do estudante com TEA, essa possibilidade deixa evidente a importância desse profissional no acompanhamento desses estudantes. Assim, os professores regentes tem contribuído com suas práticas de ensino através do envolvimento do estudante com a turma, sempre instigando sobre o conteúdo que está sendo discutido, proporcionando interação com a turma, corrigindo suas atividades, utilizando a tecnologia, dentre outras.

No que se refere as condições de aprendizagem dos estudantes com TEA na sala comum, os professores participantes, afirmam que os estudantes com TEA matriculados nas duas turmas não conseguem desenvolver as mesmas atividades que os demais estudantes, devido não estarem alfabetizados. Dessa forma, a maioria das atividades realizada por estes tem o auxílio do professor de apoio, o professor P3 diz: “Eles fazem a atividade no tempo deles, na verdade com a ajuda da professora de apoio”, já o professor P7 vai além em sua fala "O

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

aluno não consegue completar as atividades no mesmo tempo que os demais, mas cumpre-as de maneira estratégica e ilustrativa. Eu procuro ajustar o tempo para garantir que ele tenha a oportunidade de realizar as tarefas da melhor forma possível." O professor P8 corrobora de estratégia semelhante ao afirmar “Realizamos a adaptação conforme o tempo disponível para o aluno”.

O professor propõe ao estudante atividade que na sua visão é possível que ele faça de acordo com o tempo de sua aula. Em relação as práticas pedagógicas voltadas ao processo avaliativo, os professores narram bastante dificuldades, tendo em vista os desafios em perceber os avanços na aprendizagem dos conteúdos, já que os estudantes sempre necessitam de orientações no desenvolvimento das atividades, contudo, tem avaliado os estudantes com TEA de maneira similar aos demais, ou seja, através das observações do comportamento, organização, participação nas atividades, motivação, frequência nas aulas dentre outros.

> É bastante difícil realizar a avaliação. Desde o início até o presente momento, observou-se uma evolução significativa na comunicação do aluno com os professores. No entanto, em termos de aprendizagem da disciplina, a avaliação é complexa. (P8)

Narram também que no final de cada bimestre é realizado um diálogo com as professoras de apoio para avaliar seu progresso no desenvolvimento das habilidades que foram selecionadas e estão dispostas no PEI, a partir das discussões é lançado uma nota no diário eletrônico da classe. O professor P1 deixa bem definido essa estratégia quando diz:

> Observamos o desenvolvimento dos alunos de maneira similar aos demais. Posteriormente, a professora de apoio, que trabalhou de forma mais individualizada com eles, fornece uma segunda parte da avaliação. Em seguida, calculamos a média. Essa média, ao ser lançada no diário eletrônico, requer a inserção em um campo específico das ações pedagógicas realizadas com esses estudantes durante o bimestre. (P1)

O professor P3 evidenciou em sua fala que apesar de pouco tempo de aula já consegue ver avanços significativos no desenvolvimento destes estudantes, pois ao questionar sobre como percebe as condições de aprendizado destes, a reposta foi:

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

> No que diz respeito ao desenvolvimento, é precisamente isso que está ocorrendo: os alunos estão avançando e conseguindo atingir os objetivos. Esperamos que, até o final do período, ele esteja ainda mais avançado, pois, pelo que estou observando, seu progresso é bastante promissor. (P3)

.

A fala da professora transmite uma alegria ao perceber que o estudante está conseguindo alcançar os objetivos de aprendizagens propostos, destaca nessa fala a importância da educação inclusiva que apesar das adversidades, ela é o caminho para uma educação mais igualitária e de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa demonstrou que, apesar da existência de políticas públicas voltadas para a educação especial e inclusiva, a execução dessas diretrizes na prática ainda necessita de melhorias. A partir das observações e narrativas dos professores, foi possível constatar que os processos inclusivos na escola pública pesquisada enfrentam diversos desafios. Esses desafios abrangem tanto a percepção dos professores sobre a educação inclusiva de maneira geral como desafios relacionados a falta de formação continuada considerados necessários a efetivação das práticas pedagógicas, além de barreiras físicas.

No entanto, apesar da existência dos desafios para efetivar a inclusão de todos os estudantes, foi possível constatar que os professores tem contribuído de forma significativa para a inclusão dos estudantes com TEA matriculados na sala de aula comum.

Assim, a análise dos dados permitiu inferir que apesar dos professores não possuírem formação voltada a educação especial ou sobre o autismo desenvolvem suas práticas de ensino de acordo com suas experiências, percepção, e condições ofertada pela instituição. Também pode-se afirmar que a política de inclusão efetivada pelo trabalho colaborativo do professor de apoio pedagógico trabalhando junto com o professor regente na sala comum tem contribuído para melhoria dos processos inclusivos, principalmente em relação ao desenvolvimento de habilidades dos conhecimentos formais e autonomia desses estudantes, tendo em vista a dificuldade de um único professor conseguir atender de forma individual o estudante com TEA durante a realização das atividades, devido a demanda da sala de aula.

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

Outrossim, pode-se se afirmar que essa pesquisa serviu de amostra, sobre como vem acontecendo os processos inclusivos dos estudantes com TEA nas salas comuns nos anos finais do Ensino Fundamental numa escola pública estadual do estado de Mato Grosso, dessa forma, a pesquisa tem relevância social e educacional significativa, no entanto este estudo aponta para a necessidade de outras pesquisas que ampliem a amostra pesquisada e que tenham como objetivo analisar como está acontecendo a inclusão educacional de estudantes com autismo nos anos finais do Ensino Fundamental, bem como as políticas estaduais voltada ao atendimentos desses estudantes tem contribuído para uma escola mais inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA. American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p. disponível em: https://abre.ai/kqbg. Acesso em: 07 de ago. de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023: Resumo técnico. Brasília, 2024. Disponível em: https://abre.ai/kqbm. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://abre.ai/kqbq. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

BRASIL. Declaração de Salamanca https://abre.ai/kqbQ. Acesso em: 21 de jul. de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 93/94. Disponível em: https://abre.ai/kqbx. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: 2012.

BRASIL, LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://abre.ai/kqbB. Acesso em: 01 de jul. de 2023.

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CROCHÍK, José Leon. Educação inclusiva e preconceito: Desafios para a prática pedagógica. In. O professor e a educação inclusiva: formação práticas e lugares. Theresinha Guimarães Miranda, Teofílo Alves Galvão Filho, organizadores. Salvador: EDUFBA, 2012. 491p. Disponível em: https://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm . Acesso em 12 de nov. de 2024.

FERREIRA, Daniela Nascimento. O desenvolvimento de material autoinstrucional como facilitador do acesso a informações para inclusão escolar de Estudantes com transtorno do espectro autista. Dissertação de mestrado profissional em educação em educação inclusiva em rede – área de concentração: educação inclusiva. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: https://abre.ai/kqdc. Acesso em: 04 de nov. de 2023.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: https://abre.ai/kqdZ. Acesso em: 06 de ago. de 2023.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: https://abre.ai/kqd0. Acesso em: 06 de abr. 2024.

HOSTINS, R. C. L., & Jordão, S. G. F. (2014). Política de inclusão escolar e práticas curriculares de elaboração conceitual de alunos público-alvo da Educação Especial. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 23(28). Dossiê Educação Especial: Diferenças, Currículo e Processos de Ensino e Aprendizagem
II. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. Disponível em: https://abre.ai/kqd6. Acesso em: 22 de jul. de 2023.

KAUARK, Fabiana. Metodologia da pesquisa: guia prático / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.497, de 10 de outubro de 2022. Dispõe sobre a Programa EducAção - 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Disponível em: https://abre.ai/kqeU. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

MATO GROSSO. Política Estadual da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Cuiabá – 2022. Disponível em: https://abre.ai/kqeZ. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

V. 9, N. 22, 2025
DOI: 10.29327.268346.9.22-14

revista COMMUNITAS
ISSN: 2526-5970

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

PLETSCH e GLAT. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. Márcia Denise Pletsch e Rosana Glat In: Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais/ organização Rosana Glat, Márcia Denise Pletsch. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. Disponível em: https://abre.ai/kqfM. Acesso em: 19 de jun. 2024.

SILVA, Isis Grace da. Da teoria à prática: adequação curricular e ensino estruturado. 1º ed. – Curitiba: Appris, 2021.

SILVA, Gabrielle Lenz, et. al., Contexto histórico e político para uma ação propositiva de organização e operacionalidade do Plano Educacional Individualizado de estudantes com deficiências. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 30(85) 2022. https://abre.ai/kqgI. Acesso em: 22 de nov. de 2023.